

AMIZADE INTERGERACIONAL: VIVÊNCIA EDUCATIVA E DE CIDADANIA

Conceição de Maria Goulart Braga Cuba¹

Anne Caroline Rosário da Costa²

Mariana Cordeiro Miranda³

Resumo. O presente artigo discute a importância da amizade intergeracional, a partir da experiência educativa entre idosos da UnATI/UERJ e crianças de um Centro Social no Rio de Janeiro. O curso oferece 25 vagas anuais, sendo desenvolvido em aulas semanais em que são debatidos temas sobre o processo de envelhecimento, relações familiares, direitos sociais dos idosos, políticas para essa geração a partir do Estatuto do Idoso. Também são realizadas através de visitas a diversos espaços da cidade e do convívio entre os idosos e as crianças, mediado pela experiência educativa, que possibilita uma prática política da amizade, levando à aprendizagem e realização de direitos e cidadania. Os idosos envolvidos nessa vivência atualizam seus conhecimentos e os repassam às diversas gerações na família e na esfera pública. Fortalecem seus vínculos e se expressam como atores políticos, atribuindo um novo significado à sua velhice, que vivenciam com mais qualidade.

Palavras-Chave: Idoso, Amizade, Cidadania, Relações Intergeracionais

¹ Assistente Social da UnATI/UERJ, coordenadora do projeto “Amizade dos Idosos na Família e na Sociedade”; doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUC-Rio (cmgoul@gmail.com) .

² Estagiária do projeto e aluna da Faculdade de Serviço Social – UERJ (anne-caroline6@hotmail.com).

³ Estagiária do projeto e aluna da Faculdade de Serviço Social – UERJ (mari_cordeiro7@hotmail.com).

FRIENDSHIP BETWEEN GENERATIONS: EXPERIENCE EDUCATION AND CITIZENSHIP

Abstract. The present article discusses the importance of the intergenerational friendship from the educative experience between UnATI/UERJ elderly and children from a Social Center in Rio de Janeiro. The courses opens twenty-five seats annually, being developed in weekly classes where they debate themes about the aging process, family relations, social rights of the elderly, policies for this generation from the Elderly Constitution. Also they accomplish this by visits to several city spaces, elderly and children living together, mediated by the educative experience which make possible a political practice of friendship, taking to the learning and accomplishment of the rights and citizenship. The elderly involved in this experience updated their knowledge and passed by them to the different family generations and to the politics. They strengthen their bounds and express themselves as public actors, attributing a new meaning to their old age, which they live with more quality.

Key words: Elderly, Friendship, Citizenship, Intergenerational Relations

INTRODUÇÃO

O artigo em pauta apresenta uma experiência desenvolvida pelo Serviço Social com idosos no projeto de curso “Amizade dos idosos na família e na sociedade” da Universidade da Terceira Idade - UnATI/UERJ, que tem por objetivo a integração social da geração idosa. Visa também o fortalecimento dos vínculos familiares e a construção de novas amizades na esfe-

ra pública, junto às quais possam implementar lutas para garantir seus direitos e ampliar a sua cidadania.

A importância da ampliação da rede de amizades para os idosos da UnATI/UERJ foi identificada nas pesquisas de Nunes & Peixoto (1995) e de Goldman (2003), como segunda motivação apresentada na inserção das atividades desse programa, sendo o primeiro motivo a aquisição de novos conhecimentos. Cuba (2005) identificou em sua pesquisa⁴, a alta relevância da amizade para os idosos e as dimensões em que este relacionamento é exercitado: como rede de suporte social e política. Essas constatações levaram esta autora a criar em 2009 o projeto de curso aqui referido. O curso oportuniza atividades educativas entre os idosos e crianças de um Centro Social próximo à UERJ, buscando promover a integração entre as gerações, por meio de uma aprendizagem de respeito mútuo, o que, em nossa compreensão, provoca cidadania.

Os estudos sobre a demografia da população idosa brasileira, ou seja, sujeitos com 60 anos, idade definida pela ONU para os países em desenvolvimento, mostram que a cada ano, mais de 650 mil idosos são acrescentados no total de idosos do Brasil (VERAS, 2003). Em nosso país, os idosos totalizam 21.736.000 idosos, constituindo 11,3% de uma população residente estimada em 191,8 milhões, segundo resultados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2009 (IBGE/PNAD, 2009). A espec-

⁴ Trata-se da pesquisa de Mestrado em Serviço Social na PUC-Rio, cuja dissertação teve como título: "Ninguém Vive sem Amizade! A Importância da Amizade Política dos Idosos Colaboradores da UnATI/UERJ".

tativa da ONU é que em 2020 o Brasil será o sexto país do mundo em população idosa, com cerca de 32 milhões de idosos, como pontua Veras (2004).

O fenômeno do envelhecimento é um processo socialmente construído, uma vez que o acelerado crescimento da população idosa e da esperança de vida representam uma importante conquista da população brasileira na área social e no campo da saúde que reduziram a mortalidade infantil e a natalidade. Estas constatações desafiam e causam grandes impactos na sociedade e nas políticas públicas e sociais, pois exige amplos investimentos públicos (em todas as instâncias) para que os objetivos dessas políticas sejam plenamente realizados (VERAS, 2004).

Preocupada com a problemática provocada pelo grande contingente de idosos no mundo, a Organização das Nações Unidas (ONU) realizou duas assembleias para tratar das questões inerentes à questão do envelhecimento e denominou de Assembléia Mundial sobre o Envelhecimento: em Viena - 1982 e em Madri - 2002. Em cada uma destas assembleias foi aprovado um Plano de Ação Internacional sobre o Envelhecimento que recomendam diversos direitos à população idosa. No Brasil, os idosos tiveram seus direitos garantidos na Constituição brasileira de 1988 em seu artigo 230, assegurando o seu amparo pela família, pela sociedade e pelo Estado, sendo de responsabilidade destas instâncias a “sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida” (BRASIL, 2003, p. 154).

A Política Nacional do Idoso (PNI) foi regulamentada em 1994, afirmando amplos direitos e o Esta-

tuto do Idoso (EI), sancionado em 2003, referenda e amplia esse elenco de direitos. São políticas bem avançadas, que garantem aos idosos o direito à educação e a sua proteção pela família⁵, um grupo inerentemente de relações intergeracionais. Entretanto, essas políticas ainda não conseguiram contemplar completamente os idosos com os direitos que asseguram, constituindo uma falha que provoca o isolamento e a exclusão social dos idosos.

De fato, pois ao se aposentarem, rompem “com o mundo do trabalho [...] meio preferencial ou exclusivo” da “sociabilidade pública” (SIMÕES, 2004, p. 52) dos homens idosos. A aposentadoria, nesse sentido, incide na perda do espaço do trabalho em que vínculos novos são criados e fortalecidos na convivência diária, inclusive com diversas gerações. Essas amizades se associavam nas associações e nos sindicatos e lutavam por direitos historicamente conquistados e ampliavam sua cidadania ou *direito a ter direitos* (ARENDDT, 2002 a).

Os déficits próprios do envelhecimento, a redução dos rendimentos da aposentadoria, a saída dos filhos para tomar seu rumo são aspectos que também contribuí para o isolamento dos idosos. Apesar do alongamento da vida possibilitar a convivência de, pelo menos, quatro gerações diferentes ao mesmo tempo, nos espaços sociais e no âmbito da família. O isolamento impede a construção de amizades e, para Arendt (2002 a), a ação política dos cidadãos na esfe-

⁵ Referimo-nos ao Artigo 3º do Estatuto do Idoso que assegura esses e outros direitos aos idosos.

ra pública, logo, a cidadania dos idosos.

Nesse contexto, ao isolar os sujeitos e impedir a ação e a formação de amizades, pode ainda dificultar a dimensão política da amizade e esta consiste na participação de todos os cidadãos em questões públicas. A política, aqui entendida, tal como na concepção de Hannah Arendt, não se limita àquele grupo de cidadãos eleitos para administrar um país, mas deve ser exercida por todos em conjunto, respeitando as diferenças individuais e a pluralidade de idéias, como esclarece Cuba (2006/2007). Daí a importância de atividades que, ao mesmo tempo proporcionem a discussão das questões inerentes ao processo de envelhecimento que agregue a geração idosa, no sentido de fortalecer os seus vínculos com outras gerações, na família e na sociedade.

O presente texto contextualiza, em um primeiro momento, a problemática do envelhecimento social no Brasil e os seus rebatimentos na camada idosa da população. No segundo, apresenta a dimensão política da amizade, segundo as idéias de Hannah Arendt (1906-1975). No terceiro momento, discute brevemente a importância das relações entre gerações e apresenta a experiência da amizade intergeracional pelos idosos do curso e tece algumas considerações finais.

2 ENVELHECIMENTO SOCIAL NO BRASIL

As transformações sociais no Brasil enfraqueceram a cidadania dos idosos, ao valorizar o novo, a juventude e o individualismo, também gerando e agravando

desigualdades, preconceito e exclusão social dessa geração. É, inclusive, o caso das mudanças ocorridas na família e no papel das mulheres na sociedade. Essa é uma situação que se acirra com a valorização do cidadão-consumidor no capitalismo, o que contribui, entre outras questões, para silenciar a militância política dos idosos. Além de diminuir os avanços democráticos, estes fatores podem afetar diretamente a vida dos idosos e as suas relações sociais, independente das diferenças de classe, gênero, raça e outras.

Os idosos ainda convivem com uma visão negativa da velhice, que reforça a sua exclusão. As representações sociais da velhice legitimam uma imagem que se torna a expressão social dessa fase da vida, transformando-a em problema social, como pontua Debert (1998), não sendo somente o crescimento exponencial da população idosa no âmbito mundial que coloca a velhice neste patamar. Diante disso, a representação social da velhice, nas simbologias ligadas ao processo de envelhecimento, vem se transformando gradualmente e novas designações têm sido atribuídas a essa fase da vida - “idade do lazer”, “aposentados”, “Terceira Idade” e outras -, esperando ser mais respeitada, como esclarece Peixoto (1997).

Essa tentativa mal sucedida mostra que a problemática social que atinge os idosos não se resume às categorias criadas para representar socialmente a velhice. Nesse contexto, partilhamos das ideias de Debert (1998), que o preconceito e a gama de problemas enfrentados pelos idosos no Brasil apenas serão enfrentados de maneira mais eficaz, se lhes forem garantidos cuidados, direitos sociais, acesso à cultura

e integração social. Condições estas que os programas de universidade para a terceira idade se preocupam em atender.

No nosso país, as mulheres constituem a maior parte da população idosa, totalizando 55% da população idosa (IBGE, 2008), um índice que tem aumentado nas estatísticas nacionais, assim como a expectativa de vida dessas mulheres, mostrando que entre nós a velhice é feminina. Este perfil majoritário das mulheres coincide com o público que frequenta os programas de universidade para a terceira idade, segundo os estudos de Sant'Anna (1995), mostrando que essas mulheres geralmente são viúvas ou separadas e encontram-se mais disponíveis para as atividades que escolhem para preencher o seu tempo livre.

A crise econômica e o desemprego crescente têm levado muitos filhos casados com suas famílias a voltarem para a casa dos seus pais idosos, influenciando na configuração familiar e no papel do idoso na família. Certamente que, uma prole numerosa pode evitar que as mulheres vivam sozinhas e com um sistema de previdência nem sempre adequado para lhes prover suporte. Isto por que as mulheres idosas sofrem principalmente com a solidão, a pobreza e a privação social, mostra Veras (2004), estando estes indicadores fortemente ligados ao gênero, à classe social e à etnia dos idosos (VERAS, 2003).

Nesse contexto, além de virem sendo principais provedores financeiros em suas famílias (SIMÕES, 2004), muitos idosos brasileiros têm se engajado em movimentos associativos, apesar de identificados como “cidadãos de segunda classe” (QUEIROZ,

1999, p. 205). A eles vêm sendo atribuídos adjetivos como inativos ou improdutivos e outros estereótipos e preconceitos ainda recorrentes em nossa sociedade (DEBERT, 1999), o que enfraquece a mobilização desta geração na esfera pública. Essas questões desafiam especialmente os assistentes sociais que trabalham junto à população idosa. Ao buscarem facilitar o acesso desses sujeitos às políticas sociais, ampliar os seus direitos sociais e a sua cidadania, os assistentes sociais tentam tirar os idosos da exclusão e do isolamento social.

Diante das atividades e da convivência mais reduzida com outros sujeitos, muitos idosos têm buscado os programas para a terceira idade, sendo crescente a sua participação. Nesses programas, em que se destaca o pioneirismo do Serviço Social do Comércio (SESC) nos anos sessenta com os centros de convivência, o público de viúvas e de idosos que moram sós é majoritário, segundo Motta (2004). Apoiada no censo de 2000, Berzins (2003) mostra que é expressivo o número de idosos morando só, 17,9%, entre os quais, 67% é constituído por mulheres e, em sua maioria, as viúvas. Além desses espaços, os idosos vêm se fazendo presentes nos espaços de direitos (Fóruns e Conselhos), associações, sindicatos, como sujeitos históricos e atores políticos, desenvolvendo uma ação reivindicativa de transformação social (GOLDMAN, 2007). Buscam enfrentar as deficiências das políticas para a sua geração e ampliar o acesso aos seus direitos sociais (GOLDMAN, 2007; PAZ, 2004).

Como vimos, a quebra dos vínculos sociais é re-

corrente entre a população idosa daí a importância de práticas educativas que estimulem o exercício da amizade nessa fase da vida, especialmente junto com as diversas gerações para possibilitar a integração social dos idosos. Acreditamos que essa integração social vai propiciar uma nova aprendizagem sobre o processo de envelhecimento às diversas gerações do nosso país. Assim, integrar os idosos com outras gerações pode facilitar o exercício da dimensão política da amizade. Entretanto, em que consiste a dimensão política da amizade ou amizade política?

3 A DIMENSÃO POLÍTICA DA AMIZADE EM HANNAH ARENDT

Nesta seção, apresentaremos brevemente a dimensão política da amizade, nas idéias de Hannah Arendt, pensadora que fundamenta o presente trabalho, sem a intenção de aprofundar e esgotar o tema. Buscamos esclarecer minimamente ao leitor, o que esta filósofa entende como dimensão política da amizade. Esclarecemos que Arendt (2003) não construiu uma teoria sobre a amizade, mas esta categoria permeia toda a sua obra. Ao realizar a revisão bibliográfica das obras desta autora no Mestrado, Cuba (2005), foi tentando construir um esboço teórico da dimensão política da amizade, associando algumas categorias arendtianas e denominou de amizade política.

Hannah Arendt foi uma pensadora do século XX, alemã de família judia e estudou as conseqüências da modernidade, a partir da sua vivência do totalitarismo da Alemanha nazista. Apresentou ao mundo

uma esperança na dignidade humana e uma idéia de um constante recomeço (ARENDDT, 2002a). Ela alerta que a sociedade se habituou a pensar a amizade, apenas como uma relação íntima e de troca de confidências, tal como se compreendia, sem abertura para o mundo, portanto sem uma dimensão política.

Na compreensão de Cuba (2005), a dimensão política da amizade está associada à ação, à política e ao espaço público apresentados por Hannah Arendt. A ação é realizada pelo diálogo plural na esfera pública e possibilita a construção de um espaço público - político por definição -, onde os cidadãos livres se organizam para reivindicar os seus direitos. A política arendtiana consiste na expressão livre e pública de todos, sem distinções de qualquer natureza, ao contrário da política restrita à administração de um país por alguns burocratas (ARENDDT, 2002 a).

Além disso, Arendt (2002 a) compreende que a amizade é uma forma de ação pública, logo política realizada pelo diálogo horizontal e plural que tenta resgatar o interesse dos excluídos pelos problemas da sua cidade. Nas palavras desta autora,

O elemento político, na amizade, reside no fato de que, no verdadeiro diálogo, cada um dos amigos pode compreender a verdade inerente à opinião do outro. [...] Esse tipo de compreensão - em que se vê o mundo (como se diz hoje um tanto trivialmente) do ponto de vista do outro - é o tipo de *insight* político por excelência (ARENDDT, 2002 b, p. 99).

Nesse contexto, a dimensão política da amizade

possibilita a expressão dos idosos como atores e autores de novas ações na esfera pública, podendo assim lutar pela garantia de direitos.

A amizade política, então:

corresponde à associação voluntária, ao agir em conjunto, ao convívio com cidadãos diferentes, através de uma pluralidade de idéias no mundo comum, onde os cidadãos distinguem-se na sua singularidade, que emerge no diálogo e na ação (CUBA, 2006/2007).

Depreende-se deste posicionamento que o elemento político da amizade pode surgir nas relações entre os idosos e as diversas gerações de cidadãos como ampliação da cidadania de todos. Daí por que os programas de universidades para a terceira idade constituírem espaços privilegiados para a construção de amizades intergeracionais, uma vez que, além de inserir em suas atividades professores e estagiários de várias gerações, funcionam nos espaços das universidades, tradicionalmente freqüentadas por jovens.

4 UNIVERSIDADES PARA A TERCEIRA IDADE: ESPAÇO DE RELAÇÕES INTERGERACIONAIS

Apresentaremos nesta seção o programa UnATI/ UERJ que se expressa como um espaço de educação permanente e de trocas de experiências entre as diversas gerações. Os programas de universidade para a terceira idade vêm se destacando como espaços de

visibilidade das questões do envelhecimento, atualização do conhecimento dos idosos, espaços de cidadania e onde os idosos tecem amizades e tentam quebrar preconceitos, segundo Motta (2004). Tendem também a construir uma imagem desta etapa da vida como uma fase de realizações e de atividades que possam enfrentar a exclusão e o isolamento social da população idosa.

Data do ano de 1973, na França - as Universités Du Troisième Âge -, a primeira universidade da terceira idade, voltada à pesquisa e ao ensino, principalmente voltada para as questões de saúde física, mental e social dos idosos. Esses programas foram criados, especialmente, com o objetivo de tirar os idosos do isolamento e tentar mudar a imagem negativa do idoso, além da assistência à saúde e sua prevenção, estímulo ao interesse pela vida, realização de atividades físicas e culturais, como assinala Pierre Vellas (apud NUNES, 2000).

Na década de 1980, momento em que o Brasil vivenciava um período de redemocratização, de lutas políticas e instituição da Constituição cidadã de 1988, observou-se no interior das universidades, núcleos de estudos sobre o envelhecimento, que contribuíram significativamente para o avanço desta temática. Entre esses núcleos, destacamos o grupo de estudos composto de profissionais do Hospital Universitário Pedro Ernesto (HUPE) da UERJ, coordenado pelo professor Américo Piquet Carneiro, criado ao final dessa década que se reunia para discutir questões referentes ao processo de envelhecimento.

A partir daí, surgiu o Núcleo de Atenção ao Idoso

(NAI) do Hospital Universitário Pedro Ernesto, que tinha por objetivo oferecer atenção à saúde do idoso de forma integral, apontando para a ampliação da qualidade de vida desses sujeitos por meio de ações multiprofissionais e interdisciplinares. A proposta inicial desse projeto foi a construção de um Centro de Promoção da Saúde de Idosos no HUPE, abrangendo diversas áreas, sendo elas: físicas, psicológicas e sociais.

Vale ressaltar, que, antes mesmo da preocupação nacional com políticas públicas para a Terceira Idade, o professor Américo Piquet Carneiro planejou um amplo Centro de Convivência na esfera da universidade pública, a UERJ. Suas ações compreendiam o estudo sobre a população idosa, formação de profissionais para o trabalho com este segmento populacional e pesquisa, além de uma unidade de saúde voltada ao atendimento da população idosa.

Assim, em agosto de 1993, surgiu a Universidade Aberta da Terceira Idade na Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UnATI/UERJ, programa pioneiro específico de universidade de Terceira Idade, de caráter público que adotou os princípios das universidades francesas. Este programa tornou-se um núcleo da UERJ e seguiu um modelo de microuniversidade temática que integra o ensino, a pesquisa e a extensão. Seu objetivo é contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos sujeitos idosos, tal como as universidades francesas.

Nesse programa, os assistentes sociais se fazem presentes desde a sua criação, coordenando programas e projetos de extensão, na modalidade de cur-

sos para idosos, supervisionando estagiários de Serviço Social envolvidos nas diversas ações. Sua ação é orientada para a promoção de uma velhice qualificada nos seus diversos níveis e, para isso, esclarecem sobre os direitos dos idosos e os estimulam a ocupar os espaços sócio-políticos para a sua geração, para que se tornem sujeitos mais críticos e ativos no enfrentamento da exclusão e do isolamento social.

Nessa perspectiva, valorizar e respeitar os conhecimentos e a memória dos idosos pode levá-los a manter a cultura e repassá-la aos mais jovens, inclusive proporcionar trocas intergeracionais que fortaleçam o conhecimento das gerações envolvidas.

5 RELAÇÕES INTERGERACIONAIS: BREVES CONSIDERAÇÕES

Para entendermos as relações intergeracionais, iniciaremos esta seção tecendo breves comentários sobre a categoria geração. O conceito de geração tem sido alvo de amplos debates e compreendido pelo aspecto cronológico. Neste trabalho, adotamos a compreensão de Magalhães (2000a) sobre geração e relações intergeracionais. Este autor entende que “gerações são mais que coortes demográficas”, uma vez que envolvem diversas formas de relações sociais: familiares, amigos, colegas de trabalho, vizinhos, grupos de esportes e outras, implicando estilos de vida, valores morais e culturais.

Além disso, “Comporta memória, ciência, lendas, tabus, mitos, totens, referências religiosas e civis” (p. 37). Para ele, ao se realizar atividades entre crianças

e idosos é importante perceber as possibilidades e os limites de cada um, pois, enquanto a criança integra o idoso no seu ambiente, o idoso expressa experiências que contribuem para o futuro dos mais jovens.

Intergeracionalidade para Magalhães (2000 a) compreende:

Estudo e prática das relações espontâneas entre gerações e da indução e institucionalização de relações intergeracionais, utilizando campos de ação próprios, com métodos e técnicas utilizados por agentes sociais, facilitadores e catalisadores das aproximações e interligações” (MAGALHÃES, 2000 a, p. 41).

Apreende-se na fala do autor a relevância das relações intergeracionais mediadas pelas trocas entre diversos grupos etários. Entretanto, ao aproximar as diferentes gerações é relevante valorizar o saber e a experiência acumulados dos idosos, valores, memória e outras especificidades, para facilitar o intercâmbio intergeracional.

Novaes (1997) entende que a troca geracional entre crianças e idosos pressupõe o respeito aos limites e possibilidades de cada um destes grupos etários. Isto por que a criança expressa a sua experiência do agora e o idoso, no contato com a criança, pode resgatar a sua experiência pretérita. Nesse contexto, o diálogo e as trocas entre as gerações podem até mesmo transformar e reconstruir as relações sociais e familiares. De fato, pois Nunes (2001) mostra que a atividade intergeracional contribui para a diminui-

ção do preconceito social com relação ao idoso e à oposição de valores e preconceitos entre as gerações. Daí podemos entender que a atividade intergeracional pode promover o respeito à diversidade e dignidade aos idosos, uma vez que a experiência de vida é diferenciada entre esse grupo etário e entre as diversas gerações.

Como afirmam França & Soares (1997, p. 151), “as trocas geracionais não devem se limitar à família e aos programas e políticas governamentais, mas serem expandidas às instituições privadas e a outras representações da sociedade”. Assim, a troca geracional beneficia as gerações e, especialmente os idosos, cuja expressão na esfera pública possibilita a sua integração social. Magalhães (2000 b, p. 153) afirma que: “Aproximar gerações é objetivo do trabalho social que busca quebrar barreiras geracionais, eliminar preconceitos e vencer discriminações”.

Nesse sentido, podemos dizer que essa interação também possibilita um diálogo horizontal e gera amizade entre as gerações. A amizade, segundo Carvalho (2007), é um sentimento que resulta da relação intergeracional e pode evitar o isolamento e a exclusão. Como vimos, essa relação é mediada pelo diálogo, leva à troca de experiências, valorizando assim o conhecimento dos idosos e a vivência da criança como cidadãos. Desse modo, essa vivência pode viabilizar a perspectiva política da amizade e possibilitar a organização dos sujeitos para reivindicarem direitos na esfera pública.

Como as experiências não são lineares, nem mesmo entre a população idosa, a convivência entre as ge-

rações, transmitindo diversos saberes e experiências, pode contribuir para ampliar percepções e opiniões das gerações envolvidas sobre as diversas experiências trocadas. Pode ainda transformar a compreensão dos idosos e das demais gerações sobre os problemas sociais e a forma de enfrentá-los. Assim, a ação educativa entre idosos e crianças, no curso referido, busca promover a amizade e melhor qualificar os sujeitos idosos para uma vida com mais respeito e cidadania.

6 AMIZADE INTERGERACIONAL: VIVÊNCIA EDUCATIVA E DE CIDADANIA

Nesta seção apresentaremos a proposta intergeracional, desenvolvida em 2009, no curso “Amizade dos Idosos na Família e na Sociedade” da UnATI/UERJ, coordenado por uma assistente social e que insere estagiários de Serviço Social. O curso busca instrumentalizar os idosos a enfrentarem a fragilidade dos laços sociais, o preconceito social, a discriminação social e na família, apesar de muitos virem sendo principais provedores de renda deste grupo, mesmo com suas parcas aposentadorias ou pensões.

O curso oferece 25 vagas anuais e se desenvolve por meio de aulas semanais e se pauta em uma metodologia diversificada que compreende exposição de temas diversos utilizando dinâmicas seguidas de debates, valorizando o saber e a experiência dos sujeitos idosos. Os temas abordados socializam informações e aprofundam questões sobre o processo de envelhecimento no Brasil, direitos sociais dos idosos

e políticas sociais com a intenção de possibilitar uma visão crítica e propositiva dos idosos acerca dos problemas sociais. Estimulamos também a presença dos idosos nos espaços sócio-políticos e culturais da cidade, tendo em vista assegurar seus direitos sociais e a atualização dos seus conhecimentos.

A amizade é considerada de alta relevância pelos idosos, na medida em que contribui para sair do isolamento e da exclusão social. A criação de amizades é estimulada, na tentativa de assegurar seus direitos sociais, propostas estas que se coadunam com as diretrizes do Estatuto do Idoso. Para alcançar tal perspectiva, são socializadas informações sobre os espaços de participação e organização política da terceira idade (conselhos e fóruns), em que podem exercitar a cidadania.

Vale ressaltar que os idosos revelam ser apoiados por seus familiares, em sua participação no curso. Nesse sentido, Barros (1987, p. 20) entende que a família:

[...] pode, em princípio, ser vista como um grupo de pessoas que, unidas pelos laços de parentesco e da afinidade, estabelecem entre si códigos próprios capazes de fazer fluir inúmeras facetas do relacionamento. A comunhão de uma linhagem reafirma a presença de uma história não só de laços de sangue mas de laços morais (socialização), que diz respeito a todos os elementos do grupo. Através dessa história, são alinhavados os laços de parentesco, ao mesmo tempo em que se delineia uma unidade moral familiar.

A família compreende também um espaço de conflitos e tensão, de consenso e de afastamento e pode assim ser entendida como uma associação de pessoas que vivem juntas por afeição, independente da consanguinidade e do espaço de convivência.

Assim, a troca entre as gerações pode ser cooperativa ou conflituosa, mas não é linear, pois como esclarece Carvalho (2007), as gerações possuem saberes que podem ser desconhecidos entre elas e a troca de aprendizagens reforçará os laços entre esses grupos etários. Na família, um grupo intergeracional, é realizada uma solidariedade geracional que pode transformar as relações, pois, como esclarece Peixoto (1997, p. 73): “A identificação do peso que a solidariedade tece nessas instituições adquire na vida cotidiana das pessoas de mais idade permite também a reflexão sobre as transformações nas relações familiares”.

Exercitando esta sociabilidade e ao se engajarem como representação estudantil, os idosos constroem amizades exercitando-a em sua dimensão política no interior do curso e da UnATI. Nesta forma de participação política, em que se engajam como representantes de turma, os alunos idosos encaminham questões inerentes ao processo de envelhecimento no Brasil e aos direitos da sua geração, e implementam lutas para efetivar e ampliar esses direitos.

Os idosos do curso encontram-se na faixa etária entre 62 e 82 anos de idade e pertencem à camada média da população do nosso país com um salário médio entre 03 a 05 salários mínimos federais. A maioria reside em bairros próximos ao programa, ou seja, na zona norte da cidade. As mulheres ido-

sas e viúvas são majoritárias, semelhante ao perfil da UnATI/UERJ traçado por Sant'Anna (1995) e à população idosa brasileira identificada na demografia do nosso país. Devido ao grande contingente de mulheres viúvas, a maior parte dos idosos é de aposentadas e pensionistas.

Partilhar residências com filhos e netos é comum, entre a maioria dos idosos integrantes do curso. Estes relatam bom relacionamento com seus familiares, sendo por eles apoiados em sua participação nesta atividade. Apresentam como motivação para sua inserção, a vontade de aumentar o relacionamento “com outras pessoas”, de se “atualizar e ter mais conhecimentos sobre a sociedade” e aprender a se “entrosar e aceitar opiniões de meus filhos e netos”. Apesar disso, observamos que geralmente a adesão ao curso tem sido fortemente motivada pela vontade de desenvolverem uma aprendizagem para melhorar o relacionamento familiar, especialmente com seus netos.

Como os conflitos podem aumentar o isolamento dos idosos, de acordo com Cuba (2009), relações intergeracionais positivas na família são de extrema relevância. Isto porque, facilita a estes sujeitos melhor lidarem com os conflitos geracionais, seja pela diferença de idéias, valores, comportamentos, que interferem em sua relação familiar e social. Nesse contexto, o trabalho educativo intergeracional realizado pelos idosos e promovido pela equipe do curso, além de atender aos objetivos pretendidos de integração social, pretende responder e assegurar aos alunos idosos o direito a uma positiva convivência familiar.

Isto é importante por que, o individualismo que é

uma tônica da sociedade contemporânea, valoriza o consumo e o ter em detrimento do ser, acirra inclusive a competição e distancia gerações. Nesse sentido, atividades que promovam a aproximação dos grupos etários, podem representar uma alternativa importante para evitar e até enfrentar o isolamento social dos idosos, uma vez que estimula o respeito, a solidariedade e a amizade entre as gerações. As relações intergeracionais podem ainda facilitar a administração dos cuidados e beneficiar toda a sociedade.

Antes de participarem da atividade com as crianças no Centro Social⁶, os idosos foram estimulados por meio de informações da equipe e da palestra da assistente social que coordena o Centro. Na palestra, além de esclarecer sobre todas as questões apresentadas pelos idosos, sendo recorrente a dificuldade em compreender e lidar com as diversas gerações na família, especialmente com seus netos e os conflitos daí decorrentes, a assistente social desenvolveu uma dinâmica de contação de histórias sobre a relação avós e netos, tal como faz com as crianças do Centro. Esse debate propiciou melhor compreensão dos idosos sobre a importância do convívio respeitoso entre as gerações, apesar dos conflitos, para evitar o isolamento e a exclusão social.

O grande interesse demonstrado pelos idosos em conhecer o Centro Social e as crianças que atende,

⁶ O Centro Social "Semear e Educar" - CSSE - é coordenado por uma assistente social e tem por objetivo trabalhar a relação entre os avós e seus netos. Realiza atividades educativas e recreativas com crianças no intervalo da escola e horários livres e com a sua família (avós, pais). Conferir em Silva (2008).

levou-nos a propiciar a atividade intergeracional nesse espaço em três momentos diferentes, atendendo à disponibilidade dos sujeitos envolvidos (alunos idosos, equipes do curso e a do Centro). Em um quarto momento, as crianças foram à UnATI/UERJ para comemorar o Dia das Crianças. A atividade educativa é desenvolvida entre os sujeitos idosos e crianças - entre zero a seis anos -, com a orientação da educadora social do Centro Social.

Idosos e crianças interagiram, estabelecendo diálogos, enquanto participam de atividades como recorte, colagem, pintura, canto, dança de roda e outras. Ajudaram-se no desempenho dessas tarefas e construíram um ambiente de confiança e amizade. Apesar de se ajudarem, a amizade aí praticada está para além do suporte social, uma vez que em sua pluralidade, relacionaram-se como iguais, trocaram informações sobre suas experiências de vida e se integraram. Entendemos que, ao mostrarem suas identidades e suas capacidades, uns para os outros na esfera pública, os idosos e as crianças asseguraram o direito a ter direitos ou cidadania arendtiana (AREN-DT, 2002a).

Assim, idosos, crianças e os participantes das equipes, além de brincar, contar e ouvir histórias, também se integraram em danças de roda.

Nas idéias de Carvalho (2007),

Ao contar uma história percebe-se como existem pessoas diferentes e o quanto é importante a experiência de vida de cada pessoa, e o papel da literatura em trazer temas do cotidiano ou fantasias

que levam a sentimentos de alegria, de solidariedade, revolta, trazendo a tona os valores de cada um (p. 106).

Essa importância foi expressa nos relatos dos idosos ao verbalizarem as suas impressões sobre sua participação nas atividades educativas com as crianças do Centro Social. Para eles, essa atividade foi:

- *Muito boa, por que faz a gente voltar ao passado, se sentir criança de novo* (Idosa 1).
- *Eu não tenho netos, pois meu filho ainda não é casado, mas eu fiquei assim pensando como eu brinquei na minha infância* (Idosa 2).
- *Achei muito interessante, inclusive levei essa atividade pra fazer com os idosos do asilo, lá onde eu sou voluntária* (Idosa 3).
- *Gostei muito, inclusive, depois daquele dia, brinquei com o meu neto e ensinei ele a fazer aquela lanterna que fizemos com as crianças* (Idoso).

Os idosos mostram que a atividade intergeracional possibilitou o resgate das suas lembranças, a possibilidade de aprender e ensinar, nos diversos espaços da esfera pública em que participam. Sobre este aspecto, Barros (1987) afirma que para os idosos, essa lembrança das próprias experiências com seus pais e filhos pode ser importante na revisão e aceitação da própria vida e na relação com seus netos.

Além disso, os idosos expressam uma flexibilidade a essa experiência, pois, tanto aqueles que cuidam dos netos, como os que não o fazem, reconhecem a

importância da atividade intergeracional como aprendizagem, especialmente de respeito entre as gerações na esfera privada da família e na esfera pública. A intergeracionalidade viabiliza, assim, uma reciprocidade entre as gerações e uma ação política arendtiana expressa na troca de experiências, em que crianças e idosos ensinam e aprendem coisas novas.

Sendo viabilizada pelo diálogo livre entre diferentes sujeitos e gerações, possibilita a integração social, o exercício da amizade intergeracional e, até mesmo na dimensão política, incidindo assim na cidadania arendtiana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora o curso tenha sido criado recentemente já se pode observar a relevância da experiência intergeracional para a integração dos idosos, como ampliação da sua rede de amigos e de direitos, que este artigo mostrou, apesar de não esgotar o tema, necessitando de aprofundamentos.

Nesse sentido, a dimensão política da amizade pode ser uma saída para o isolamento social, pois mostra garantir aos idosos o direito de se expressarem livremente, constituindo um espaço público e político, assim podendo reverter a severa exclusão que atinge uma grande parte dessa geração em todos os níveis: econômica, social, cultural e política.

A vivência intergeracional, mediada pelo diálogo, também propiciou a valorização do saber acumulado dos idosos, a troca de aprendizagem sobre o respeito

e uma nova percepção do processo de envelhecimento para todas as gerações nela integradas. Para Magalhães (2000 b, p. 155):

A ética intergeracional e solidária é um instrumento de uma sociedade unida pelas gerações, gerando uma forma de reivindicação da cidadania através do fortalecimento da integração. É uma ética que proporciona a reunião das idades para a unidade na cidade. E no campo também.

Nesse contexto, além de atualizar os conhecimentos dos idosos, a amizade intergeracional ajudou esses sujeitos a saírem do isolamento e a desmistificar preconceitos. Também propiciou uma visão crítica ética e uma participação ativa que os torna capazes de reivindicar direitos. Além disso, os idosos mostram-se multiplicadores dessa aprendizagem, ao repassar os novos conhecimentos às demais gerações na família e na sociedade, fortalecendo assim seus vínculos nessas esferas da vida.

No que tange as estagiárias, ao participarem da atividade intergeracional, junto com os idosos e as crianças, estas desenvolvem uma análise crítica sobre a realidade da velhice no Brasil e das políticas sociais e se mostram mais comprometidas com a qualidade da sua ação junto aos idosos, inclusive aprimorando seu conhecimento e a sua competência profissional. Assim, fortalecem seu compromisso de enfrentamento da exclusão social que atinge os idosos, inclusive, tentam contribuir para ampliar os direitos e a cidadania desta geração.

A troca geracional com os jovens estagiários oportunizou a expressão pública dos idosos, a interação mútua mediada pelo diálogo e expressão livre de opiniões sobre os direitos e as políticas sociais para a geração idosa. Nessa experiência, idosos e jovens expressaram uma quebra de paradigmas sobre suas concepções relacionadas ao envelhecimento. Sobre esta questão, diz Carvalho (2007):

A partir dessa realidade percebe-se que as atividades intergeracionais podem ser o meio de sensibilizar as famílias e a comunidade para as questões relativas à velhice e o processo de envelhecimento a partir da infância. Entendemos que a velhice é determinada socialmente, não apenas em relação às condições econômicas, mas também no plano simbólico, na percepção coletiva sobre o envelhecimento. Sendo assim, as atividades intergeracionais atingem o objetivo de aproximar as gerações, oportunizar o diálogo e incluir o idoso socialmente (p. 107).

Nesse sentido, reconhecemos a relevância dessa troca para a integração social dos idosos com todas as gerações, que pode levar a uma sociedade mais justa e igualitária e ultrapasse o individualismo ainda predominante nas sociedades capitalistas. Nesse contexto, e enquanto espaço de diálogo e ação, a atividade intergeracional mostra ser relevante para a construção de amizade e aprendizagem de cidadania.

A atividade intergeracional mostrou a importância e a emergência da inclusão no currículo do ensino fundamental, desde a infância, de disciplinas que

contemplem a aprendizagem sobre o processo de envelhecimento. Concordamos com Novaes (2005, p. 11-12) ao ressaltar a importância do compromisso das gerações de uma sociedade intergeracional por um projeto societário com “planificações mais amplas e envolvimento culturais que ultrapassem a simples gestão das carências e urgências dos problemas imediatos”. Entendemos que esse compromisso deve emergir de toda a sociedade e do Estado, no sentido de implantar programas que envolvam todas as gerações como esperança de uma humanidade mais justa, mais solidária e mais inclusiva.

REFERÊNCIAS

- ARENDT, H. *Homens em Tempos Sombrios*. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- _____. *A Condição Humana*. Tradução de Roberto Raposo. 10^a ed. 2^a reimpressão. Rio de Janeiro/São Paulo: Forense Universitária, 2002 a.
- _____. *A Dignidade da Política: Ensaios e Conferências*. 3^a ed. Tradução de Helena Martins et al. Antonio Abranches (Org.). Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2002 b.
- BARROS, M. L. de. *Autoridade & Afeto: avós, filhos e netos na família brasileira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil - Atualizada pela EC 40*. In.: De PAULO, Antonio. 14^a ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- _____. Senado Federal. Lei nº 8.842 - Dispõe sobre a *Política Nacional do Idoso*. Brasília, 1994.
- _____. Lei Nº 10.741/2003 - Dispõe sobre o *Estatuto do Idoso*. São Paulo: Editora Escala. SP, 2003.
- BERZINS, M. A. V. da S. *Envelhecimento Populacional: uma conquista para ser celebrada*. Serviço Social & Sociedade. N. 75. São Paulo: Cortez, 2003. P. 19-34.

CARVALHO, M. C. B. N. M. de. *O diálogo intergeracional entre idosos e crianças: projeto “Era uma vez... atividades intergeracionais”*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós Graduação em Serviço Social. PUC-Rio, 2007.

CUBA, C. de M^a. G. B. *Ninguém Vive Sem Amizade! A Importância da Amizade Política dos Idosos*. Colaboradores da UnATI/UERJ. Dissertação de Mestrado junto ao programa de Pós-Graduação em Serviço Social, PUC-RJ, 2005.

_____. *Amizade Política em Hannah Arendt*. In: *Diálogos com Hannah Arendt: Espaço Público e Política*. Rev. O Social em Questão. Vol. 16. nº 16. Ano X. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. PUC-Rio, 2006/2007. P. 69-83.

_____. *Projeto Amizade dos Idosos na Família e na Sociedade*. Rio de Janeiro: UnATI/UERJ, 2009.

DEBERT, G. G. *A Reinvenção da Velhice: socialização e processo de reprivatização do envelhecimento*. São Paulo: Edusp/Fapesp, 1999.

_____. *A antropologia e o estudo dos grupos e das categorias de idade*. In: BARROS, Myriam M. Lins de Barros. *Velhice ou terceira idade? Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política*. Rio de Janeiro: FGV, 1998. P. 49-67.

FRANÇA, L. H. & SOARES, N. E. *A Importância das Relações Intergeracionais na Quebra de Preconceitos Sobre a Velhice*. In: VERAS, R. P. (Org.). *Terceira Idade: desafios para o terceiro milênio*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará; UnATI/UERJ, 1997. P. 143-169.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Estimativas da População 2008*. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2008/estimativa.shtm>. Acesso em: 29.08.2009.

IBGE. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio. Síntese de Indicadores 2009*. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

GOLDMAN, S. N. *Universidade para Terceira Idade: Uma Lição de Cidadania*. Olinda, PE: Elógica, 2003.

_____. *Proteção Social e Velhice: um desafio para o Serviço Social*. In: SOUZA, N. O. Q. de et al (Orgs.). *Política de Assistência Social no Brasil: desafios para o assistente social*. 1ª ed. II Simpósio do Serviço Social do COMAER. Rio de Janeiro, 12 a 15 de junho de 2007.

MAGALHÃES, D. N. *O anel mágico: o repasse entre as gerações*. Rio de Janeiro: Razão Cultural, 2000 a.

_____. *Intergeracionalidade e cidadania*. In: PAZ, S. *Envelhecer com cidadania: quem sabe um dia?* Rio de Janeiro: CBCISS-ANG/RJ, 2000 b. P. 153-156.

MOTTA, A. *Sociabilidades possíveis: idosos e tempo geracional*. In: PEIXOTO, C. E. (Org.). *Família e Envelhecimento*. Rio de Janeiro: FGV, 2004. P. 109-144.

NOVAES, M. H. *As gerações e suas lições de vida: aprender em tempo do viver*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2005.

_____. *Psicologia da 3ª Idade*. Rio de Janeiro: NAU, 1997.

NUNES, A.T.G.L. *Serviço Social e Universidade de Terceira Idade: uma proposta de participação social e cidadania para os idosos*. In: Textos Envelhecimento, Rio de Janeiro: UnATI/ UERJ, v. 3, nº 5, 2001, P. 62-97.

_____. & PEIXOTO, Clarice. *Perfil dos Alunos da Universidade Aberta da Terceira Idade – UnATI/ UERJ*. Rio de Janeiro, FSS/UERJ, 1995.

ONU - DIESA. *The World Aging Situation: Strategies and Policies*. Nova York, 1985.

PAZ, S. F. *Dramas, Cenas e Tramas: A Situação de Fóruns e Conselhos do Idoso no Rio de Janeiro*. Tese de Doutorado. Faculdade de Educação. Campinas, SP: UNICAMP, 2001.

_____. *Movimentos Sociais: participação dos idosos*. PY, L. et al (Orgs.). *Tempo de Envelhecer: percursos e dimensões psicossociais*. Rio de Janeiro: NAU, 2004. P. 229-256.

PEIXOTO, C. E. *De Volta às Aulas ou De Como Ser Estudante aos 60 Anos*. In: VERAS, R. P. (Org.) *Terceira Idade: desafios para o terceiro Milênio*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/UnATI/UERJ, 1997. P. 41-74.

QUEIROZ, Z. *Participação popular na velhice: possibilidade real ou mera utopia?* In.: O Mundo da Saúde. São Paulo. Ano 23. 04 julho/agosto 1999. P. 204-212.

SANT'ANNA, M. J. *UnATI: a velhice que se aprende na escola, um perfil de seus usuários*. In: VERAS, R. P. (org.). *Terceira Idade: um envelhecimento digno para o cidadão do futuro*. Rio de Janeiro,: Relume-Dumará, UERJ – UnATI, 1995. P. 75-102.

SILVA, E. S. da. *Crianças e Relações Familiares: experiência de uma assistente social em um Centro Social*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Departamento de Serviço Social. PUC-Rio, 2008.

SIMÕES, J. A. *Provedores e Militantes: imagens de homens aposentados na família e na vida pública*. In: PEIXOTO, C. E. (Org.). *Família e Envelhecimento*. Rio de Janeiro: FGV, 2004. P. 25-56.

VERAS, R. P. *A frugalidade necessária: modelos mais contemporâneos*. *Cad. Saúde Pública*, v. 20, n. 5, p. 1152-1154. Rio de Janeiro, 2004 b. Disponível em: <<http://www.scielo.org>>. Acesso: 13.07.2010.

_____. *A longevidade da População: desafios e conquistas*. Serviço Social & Sociedade, Rio de Janeiro, nº75, ano XXIV, Ed Cortez, 2003. pp.: 5-18.

Recebido em outubro de 2010
Aprovado em dezembro de 2010